

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

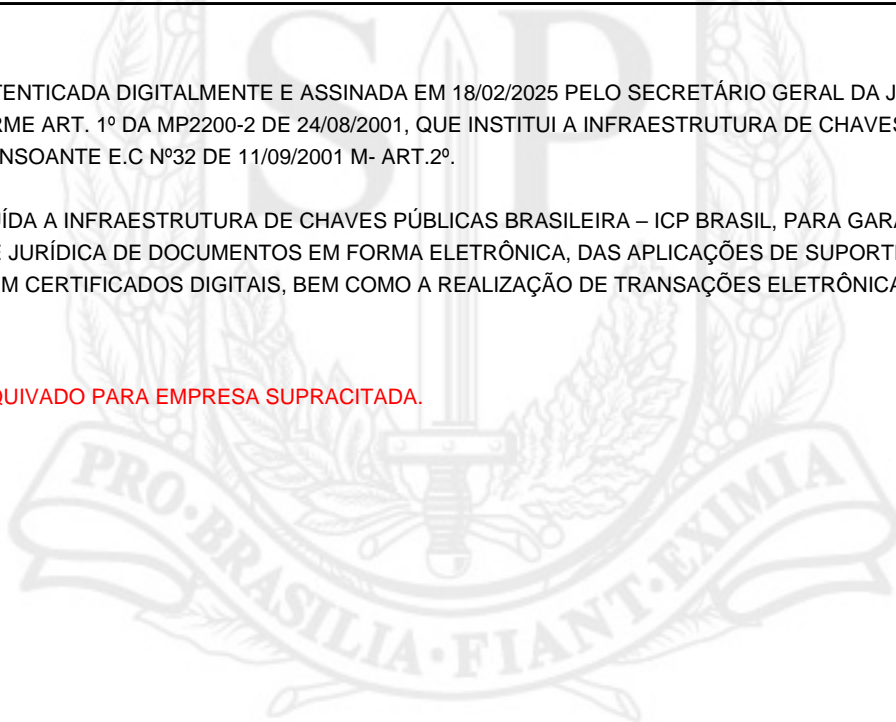
TRANSFORMADA AUTOMATICAMENTE PARA LTDA - ART. 41 DA LEI 14.195 DE 26/08/2021

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA		TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPESSOAL (M.E.)	
NIRE 35603051145	CNPJ 35.602.160/0001-95	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 370.169/24-4	DATA DO ARQUIVAMENTO 01/11/2024
DADOS DA CERTIDÃO			
DATA DE EXPEDIÇÃO 18/02/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 22:45:44	CÓDIGO DE CONTROLE 257609851	
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR			

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 18/02/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DRE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP PROTOCOLO
2.640.312/24-8



001124
CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
034137818-6



DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração de Endereço; Consolidação da Matriz;			
NOME EMPRESARIAL A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA			
LOGRADOURO Rua Dona Benta		NÚMERO 1946	CDPLEMENTO
MUNICÍPIO Taubaté		UF SP	CEP 12071-580
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0		CNPJ - SEDE 35.602.160/0001-95	NIRE - SEDE 3560305114-5
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANTONIO DE MORAES FILHO (Sócio)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 201,55	
ASSINATURA:		DATA: 24/10/2024	
		DARF: R\$,00	
		SEQ. DOC. 1 / 1	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSAMENTE DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP
ER. 178 - S. J. Campos
30 OUT 2024
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
QR CODE
C01552 (001)

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
ER. - S. J. DOS CAMPOS
DEFERIDO
01 NOV 2024
Luciana Kajiura Pereira
Assessora Técnica do Registro Público
RG: 25.196.478-4 SSP/SP

ANEXOS:

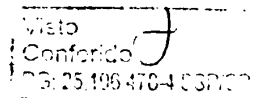
- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> DBE | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais |
| <input type="checkbox"/> Procuração | <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação |
| <input type="checkbox"/> Alvará Judicial | <input type="checkbox"/> Jornal |
| <input type="checkbox"/> Formal de Partilha | <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação |
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Certidão |
| <input type="checkbox"/> Outros | |

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

OBSERVAÇÕES:

JUCESP
01 NOV. 2024
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICADO DE REGISTRO
370.169/24-4
SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO



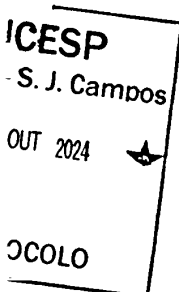
INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
CONTRATUAL

A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA.

Rua Dona Benta, nº 1946 – Jardim Gurilandia
Taubaté – Estado de São Paulo
CEP: 12.071-580

NIRE: 3 5 6 0 3 0 5 1 1 4 5

CNPJ: 35.602.160/0001-95



Pelo presente Instrumento de Contrato Social de Sociedade Simples na Forma e Tipo de Sociedade Simples, os abaixo assinados:

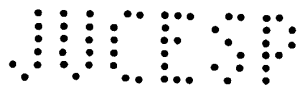
ANTONIO DE MORAES FILHO, brasileiro, separado judicialmente, nascido em 29.12.1967 em Pereira Barreto/SP, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 16.426.777-3 SSP/SP (Data de Expedição 28.10.2014) e do CPF nº. 146.081.358-80, residente e domiciliado na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, à Rua Jorge Secco, nº. 243 – Jardim Alice – Cep: 12.062-250.

Único sócio componente da sociedade limitada unipessoal que gira sob a denominação social de “**A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA.**” com sede na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, à Rua Newton Câmara Leal de Barros, nº. 49 – Centro – Cep: 12.080-320, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº. 35603051145 em sessão de 25.11.2019, inscrita no CNPJ nº. 35.602.160/0001-95, resolve de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar seu contrato social, a partir desta data, mediante cláusulas e condições, a saber; bem como proceder às adequações advindas da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que em seu Livro II, Título II, capítulo IV, dispõe sobre a Sociedade Empresária, regendo a presente, pelo tipo e forma disposto nos artigos 1.052 e seguintes do Código Civil, que regulamenta as Sociedades Limitadas:

PRIMEIRA ALTERAÇÃO

O sócio decide alterar o endereço da sede social da: cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, à Rua Newton Câmara Leal de Barros, nº. 49 – Centro – Cep: 12.080-320; **PARA: cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, à Rua Dona Benta, nº. 1946 – Jardim Gurilandia – Cep: 12.071-580.**

O sócio em observação as modificações introduzidas pela Lei 10.406/2002 e desejando adequar seu contrato social para melhor desenvolvimento das atividades empresariais, consolida-se o presente contrato social que segue na íntegra



2
Protocolo
123.170-4 SSP/SC



"A DE MORAES ARTESANATO LTDA"
CONSOLIDAÇÃO

ANTONIO DE MORAES FILHO, brasileiro, separado judicialmente, nascido em 29.12.1967 em Pereira Barreto/SP, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 16.426.777-3 SSP/SP (Data de Expedição 28.10.2014) e do CPF nº. 146.081.358-80, residente e domiciliado na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, à Rua Jorge Secco, nº. 243 – Jardim Alice – Cep: 12.062-250.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade adota o nome empresarial de **"A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA"**

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede social encontra-se estabelecida na cidade Taubaté, Estado de São Paulo, à Rua Dona Benta, nº. 1946 – Jardim Gurilandia – Cep: 12.071-580., onde responderá judicial e extrajudicialmente pelos atos que praticar, podendo, quando convier aos interesses sociais, constituir filiais em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA

O objeto social será a exploração do ramo de atividade de **"Comércio varejista de artigos para artesanatos, armarinhos, papelaria, festas, descartáveis"**.

Parágrafo Único: O sócio único declara que exerce atividade economicamente organizada, sendo assim, uma Sociedade Empresária nos termos do art. 966 e 982 do Código Civil.

CLÁUSULA QUARTA

Fica proibido o uso da firma para endossos, avais, fianças ou qualquer tipo de negócio alheio ao objetivo da sociedade.

CLÁUSULA QUINTA

O Capital Social no valor de R\$ 99.800,00 (Noventa e Nove Mil e Oitocentos Reais), devidamente subscrito e integralizado neste ato em Moeda Corrente Nacional, divididos em 99.800 (Noventa e Nove Mil e Oitocentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, assim distribuído:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR
ANTONIO DE MORAES FILHO	100	99.800	R\$ 99.800,00
TOTAL	100	99.800	R\$ 99.800,00

Parágrafo Único: Nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

JUCESP

Visto
Conferido
25.100

03

CLÁUSULA SEXTA

A administração da sociedade limitada unipessoal caberá ao sócio único **ANTONIO DE MORAES FILHO**, já acima qualificado, que ficará incumbido de exercer todos os atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumido, bem como, de representá-lo judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente perante todas as repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

CLÁUSULA SÉTIMA

No caso de falecimento, interdição ou inabilitação do sócio, a sociedade não será extinta, levantando-se um Balanço Especial nesta data e se convier aos herdeiros do Pré-Morto, será elaborado novo Contrato Social com a integração dos mesmos na sociedade. Caso não sejam integrados receberão os seus haveres, apurados no Balanço Especial em 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, sem correção e sem juros, vencendo a primeira em 90 (noventa) dias após o evento.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA OITAVA

No caso de falecimento, interdição ou inabilitação de um dos sócios, a sociedade não será extinta, levantando-se um Balanço Especial nesta data e se convier aos herdeiros do Pré-Morto, será elaborado novo Contrato Social com a integração dos mesmos na sociedade. Caso não sejam integrados receberão os seus haveres, apurados no Balanço Especial em 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, sem correção e sem juros, vencendo a primeira em 90 (noventa) dias após o evento.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA NONA

Para o sócio administrador, serão fixadas retiradas a título de Pró-Labore de acordo com as possibilidades da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

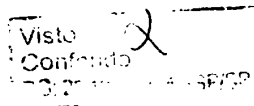
No caso de qualquer um dos sócios pretender retirar-se da sociedade deverá comunicar o outro, por escrito, sua decisão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

No dia 31 de dezembro de cada exercício será elaborado o inventário, bem como o balanço patrimonial e de resultado econômico da sociedade (artigo 1.065 da Lei 10.406/2002), onde os lucros ou prejuízos por ventura existentes serão distribuídos ou suportados por cada um dos sócios, proporcionalmente, ao capital social de cada um.



JUCESP



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O sócio será obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade inicia suas atividades no ato do registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e o prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O sócio declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que o impeça de exercer atividades mercantis. O administrador da sociedade assume, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que costumam empregar na administração de seus próprios negócios.

Parágrafo Primeiro: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Parágrafo Segundo: Aplicam-se à atividade dos administradores, no que couberem, as disposições concernentes ao mandato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade como dispõe o artigo 1.056 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Todas as deliberações dos sócios que se fizerem necessárias, tais como aprovação de contas do administrador, aumento/redução do capital, designação/destituição do administrador, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos, sejam por imposição da lei ou relevância da matéria para a sociedade, serão tomadas em reunião convocada pela administradora para este fim, como rege o artigo 1.072 do Código Civil em vigor. Como dispõe o § 1º do artigo mencionado, a opção pela reunião descarta a necessidade de assembleia.

Parágrafo Primeiro: A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação do administrador ou sócios.

Parágrafo Segundo: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

No uso da faculdade estabelecida pelo artigo 1.066 da Lei 10.406/2002, os sócios resolvem não constituir o Conselho Fiscal.

JUCESP

Visto
Conferido
20.25.105
21/02

03

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA


Todas as divergências serão resolvidas pela interpretação deste contrato, sendo os casos omissos regidos pelas disposições dos artigos 1.052 à 1.087 do Código Civil Brasileiro de 2002 que regulamenta as Sociedades Empresariais, na forma e tipo de Sociedades Limitadas, subsidiariamente, e no que for aplicada, a Lei das Sociedades Anônimas, bem como as disposições gerais para as Sociedades Simples que regem a matéria.

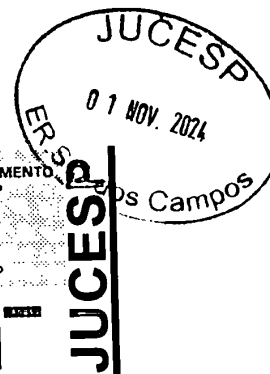
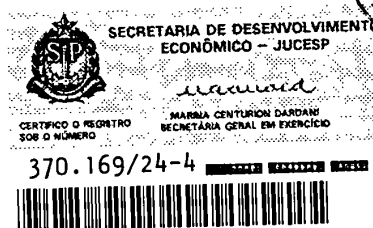
CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Para todas as questões decorrentes do presente contrato será competente o Foro da Cidade de Taubaté, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim por estarem de pleno e comum acordo com todas as cláusulas e disposições, passam a assinar em três vias de igual teor para um só efeito, sendo uma das vias deste instrumento arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e as demais com as devidas anotações devolvidas aos contratantes para a documentação de cada um.

TAUBATÉ, 24 DE OUTUBRO DE 2024.


ANTONIO DE MORAES FILHO
RG nº. 16.426.773-3 SSP/SP





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Declaração

01.11.24

Eu, ANTONIO DE MORAES FILHO, portador da Cédula de Identidade nº 16.426.777-3, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 146.081.358-80, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Dona Benta, 1946, Jardim Gurilandia, SP, Taubaté, CEP 12071-580, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

ANTONIO DE MORAES FILHO

RG: 16.426.777-3

A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM

SPP2431184676

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

A DE MORAES FILHO ARTESANATO LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

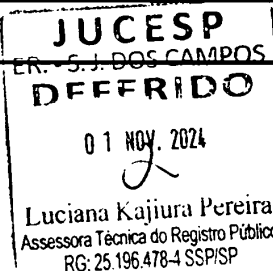
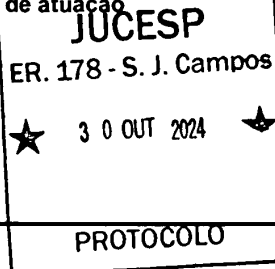
35.602.160/0001-95

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

249 Alteracao da forma de atuacao



Número de Controle: SP58309971 - 35602160000195

PROTOCOLO

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

ANTONIO DE MORAES FILHO

CPF

146.081.358-80

LOCAL

DATA

25/10/2024

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 65.052.870/0001-50

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

DEFERIDO DSE